



Conselho Nacional de Justiça

Gabinete do Conselheiro Jefferson Kravchychyn

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS N.º 0000473-93.2012.2.00.0000

RELATOR : CONSELHEIRO JEFFERSON KRAVCHYCHYN

REQUERENTE : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. RESOLUÇÃO Nº 37 DO CNJ. RESOLUÇÃO Nº 25/2007, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 32/2007 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. LEGALIDADE.

- Analisando a Resolução nº 025/2007, alterada pela Resolução nº 32/2007 do TJRN, verifica-se que o tribunal fixou critérios objetivos sobre a autorização para magistrados residirem, em caráter excepcional e precário, fora das respectivas comarcas.

- Entendo que não há ilegalidade ou necessidade de alteração, tendo em vista sua adequação aos preceitos estabelecidos na Resolução nº 37 do CNJ.

- Ante o exposto, **voto pela legalidade da Resolução nº 025/2007, alterada pela Resolução nº 32/2007 do TJRN**, em virtude dela se encontrar em consonância ao disposto da Resolução nº 37 deste Conselho.

VISTOS.

Trata-se de Pedido de Providências- PP instaurado pelo Conselho Nacional de Justiça- CNJ, em face do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte- TJRN, em que se busca verificar a legalidade do ato administrativo do Tribunal Requerido, consoante a Resolução nº 37/2007 do CNJ, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade de os Tribunais regulamentarem os casos excepcionais de Juízes residirem fora das respectivas comarcas.

O presente PP originou-se do DESP 252, inserido no evento 264 do procedimento Acompanhamento de Resolução nº 0200924-13.2007.2.00.0000, o qual foi instaurado para apurar o cumprimento da Resolução nº 37/2007 deste Conselho.

À época, nas informações que prestou nos autos do Acompanhamento de Resolução supracitado, o TJRN ressaltou que, no âmbito daquele Tribunal, a Resolução nº 25/2007, alterada pela Resolução nº 32/2007, disciplinava a matéria relacionada à autorização em caráter precário e excepcional para o juiz residir fora da Comarca em que é titular.

Instado a manifestar-se sobre a quantidade de magistrados que residem fora da Comarca em que são titulares e os motivos que ensejaram a autorização, o TJRN informou que 20 magistrados têm autorização para residir fora da comarca, bem como remeteu cópia de todas as decisões com os fundamentos que ensejaram tais autorizações.

É, em síntese, o relatório.

VOTO:

A presidência deste Conselho determinou, no processo nº 0200924-13.2007.2.00.0000, a extração de cópia das informações prestadas pelo TJRN para deliberação sobre a necessidade de controle da sua Resolução nº 25/2007, alterada pela Resolução nº 32/2007, em face da Resolução nº 37 do CNJ.

No despacho exarado pelo Ministro Presidente, no evento nº 258 do processo nº 0200924-13.2007.2.00.0000, foi registrado:

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte editou a Resolução nº 25/2007-TJ, que permite, em seu art. 1º, I, seja autorizada a residência em Natal de magistrados atuantes em comarcas contíguas, quando o percurso entre ambas for de, no máximo, 35 quilômetros (DOC231 – evento 228).

Analisando a Resolução nº 025/2007, alterada pela Resolução nº 32/2007 do TJRN, verifica-se que o tribunal fixou critérios objetivos sobre a

autorização para magistrados residirem, em caráter excepcional e precário, fora das respectivas comarcas, senão vejamos:

Art. 1º. O juiz titular poderá obter autorização do Conselho da Magistratura para residir fora da comarca, atendidos as seguintes condições:

I – nas comarcas próximas a de Natal deverão ser considerados:

- a) o percurso entre ambas de no máximo 35 (trinta e cinco) KM;
- b) boas condições de acessibilidade e pronto deslocamento;

II – no caso das Comarcas que não estejam abrangidas pelo disposto no inciso anterior, além de se observar os critérios acima estabelecidos, deve-se considerar:

- a) não existir na comarca imóvel destinado à residência oficial do juiz, de propriedade do poder público, nem do próprio magistrado;
- b) carência de imóvel disponível na comarca para locação que atenda às necessidades mínimas de moradia do juiz e de sua família;
- c) ser o juiz proprietário de imóvel residencial em localidade que esteja dentro do limite e condições das alíneas “a” e “b” do inciso I;
- d) ausência de estabelecimento de ensino médio na comarca, quando o juiz tiver filho ou dependente legal, que residam com o casal, em condições de frequentá-lo;
- e) quando se tratar de casal de magistrados estaduais, levando-se em conta o princípio da manutenção da unidade familiar.

Dessa forma, entendo que não há ilegalidade ou necessidade de alteração, tendo em vista a adequação das Resoluções editadas pelo TJRN aos preceitos estabelecidos na Resolução nº 37 do CNJ, vez que as autorizações são de caráter precário e excepcional, podendo ser revogadas, pelo Conselho da Magistratura do tribunal local, a qualquer tempo, considerando o interesse do serviço ou quando constatado que o magistrado beneficiado infringiu, durante o horário de expediente, o dever funcional de permanecer na comarca onde exerce sua função.

Ante o exposto, **voto pela legalidade da Resolução nº 025/2007, alterada pela Resolução nº 32/2007 do TJRN**, em virtude dela se encontrar em consonância ao disposto da Resolução nº 37 deste Conselho.

Brasília, 23 de fevereiro de 2012.

Conselheiro JEFFERSON KRAVCHYCHYN
RELATOR